



REPRESENTAÇÕES & VISIBILIDADES NA HISTÓRIA CULTURAL:

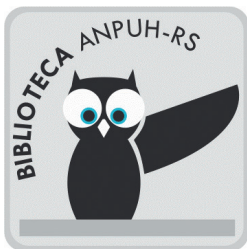
IMAGENS, IMAGINÁRIOS, MEMÓRIAS

Miriam de Souza Rossini | Cláudio de Sá Machado Júnior | Nádia Maria Weber Santos
Organizadores



**REPRESENTAÇÕES
& VISIBILIDADES
NA HISTÓRIA CULTURAL:**

IMAGENS, IMAGINÁRIOS, MEMÓRIAS



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

Artur Cesar Isaia

Universidade Federal de Santa Catarina

Aude Argouse

Universidad de Chile

Charles Monteiro

Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul

Jacques Leenhardt

École des Hautes Études en Sciences Sociales

Maria Luiza Filippozzi Martini

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Monica Pimenta Velloso

Fundação Casa de Rui Barbosa

Paulo Roberto Staudt Moreira

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Rosângela Patriota Ramos

Universidade Federal de Uberlândia

Chanceler

Dom Jaime Spengler

Reitor

Joaquim Clotet

Vice-Reitor

Evilázio Teixeira

Conselho Editorial

Agemir Bavaresco

Ana Maria Mello

Augusto Buchweitz

Augusto Mussi

Bettina S. dos Santos

Carlos Gerbase

Carlos Graeff-Teixeira

Clarice Beatriz da Costa Söhngen

Cláudio Luís C. Frankenberg

Érico João Hammes

Gilberto Keller de Andrade

Jorge Campos da Costa | Editor-Chefe

Jorge Luis Nicolas Audy | Presidente

Lauro Kopper Filho

REPRESENTAÇÕES & VISIBILIDADES NA HISTÓRIA CULTURAL:

IMAGENS, IMAGINÁRIOS, MEMÓRIAS

Miriam de Souza Rossini | Cláudio de Sá Machado Júnior | Nádia Maria Weber Santos
Organizadores



Porto Alegre, 2015



Programa de Pós-Graduação em Educação
União das Faculdades do Paraná - UNIFPR



© EDIPUCRS 2015

© GT História Cultural – ANPUH-RS 2015

DESIGN GRÁFICO [CAPA] Shaiani Duarte

FOTOGRAFIA DA CAPA: Nádia Maria Weber Santos – Maio de 2014

Imagem da obra *Le soleil* (2013), de Dale Chihuly, exposta na entrada do Musée des Beaux-Arts de Montréal, Canadá

DESIGN GRÁFICO [DIAGRAMAÇÃO] Rodrigo Valls

REVISÃO DE TEXTO Simone Diefenbach Borges e Simone Luciano Vargas

Edição revisada segundo o novo
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.



EDIPUCRS – Editora Universitária da PUCRS

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33
Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone/fax: (51) 3320 3711
E-mail: edipucrs@pucrs.br
Site: www.pucrs.br/edipucrs

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R425 Representações e visibilidades na história cultural : imagens, imaginários, memórias [recurso eletrônico] / org. Miriam de Souza Rossini, Cláudio de Sá Machado Júnior, Nádia Maria Weber Santos. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2015.
238 p.

Modo de Acesso: <<http://www.pucrs.br/edipucrs>>
ISBN 978-85-397-0634-1

1. História. 2. Cultura – História – Rio Grande do Sul.
I. Rossini, Miriam de Souza. II. Machado Júnior, Cláudio de Sá. III. Santos, Nádia Maria Weber

CDD 981.65

Operação borracha: a ditadura como um incidente e o papel do esquecimento¹

Carla Simone Rodeghero

No dia 13 de dezembro de 1963, os moradores da fictícia cidade da Antares, situada no Rio Grande do Sul, às margens do rio Uruguai, na fronteira com a Argentina, defrontaram-se com um acontecimento extraordinário.² Sete defuntos insepultos por causa de uma greve de coveiros voltaram desde a porta do cemitério até o centro da cidade, visitaram familiares, amigos e inimigos e, finalmente, reuniram-se no coreto da praça central. Aí, sob o sol escaldante e urubus, envoltos pelo cheiro dos próprios corpos em putrefação, dirigiram-se à população, especialmente às autoridades municipais, exigindo que fossem enterrados e fazendo denúncias de ordem moral, econômica e política. As denúncias se referiram, entre outras coisas, a maridos “cornos”, solteironas fofoqueiras, roubo e desvio de recursos públicos pelo prefeito, tortura e assassinato praticados pela polícia, concorrência entre hospitais e enriquecimento ilícito de médicos. Pela voz dos cadáveres em decomposição, a “boa sociedade” antarense foi enxovalhada e envergonhada em meio a uma plateia atônita, na qual se destacavam grupos de jovens que, do topo das árvores da praça, davam vivas aos denunciadores e vaiavam os denunciados.

Os acontecimentos são narrados no romance *Incidente em Antares*, escrito por Erico Verissimo entre 1970 e 1971, no seio do período de mais intensa repressão da ditadura, instaurada em 1964. Interessa aqui refletir sobre esse texto ficcional em sua capacidade de falar sobre a realidade vivida pelo autor e pelos seus leitores e, ao mesmo tempo, em sua dimensão de profecia, o que requer focar o que veio

¹ Agradeço a Vanderlei Machado, Maria Luiza Martini e Gabriel Dienstmann pelos comentários feitos à primeira versão deste texto.

² VERISSIMO, Erico. *Incidente em Antares*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Operação borracha:

a acontecer – em Antares e na história do Brasil – depois do episódio dos mortos e ao final da ditadura, respectivamente. Num esforço de conjugar as possibilidades interpretativas da literatura com aquelas da história, destacaremos da obra o relato da “operação borracha”, estratégia utilizada pelo grupo dominante da cidade imaginária para fazer com que a população e os forasteiros acreditassem que nada havia ocorrido. A intenção é sugerir que a operação de silenciamento e de esquecimento colocada em curso em Antares teve correlatos na história da última ditadura brasileira, especialmente no processo que levou a uma anistia caracterizada como instrumento de conciliação, pelo fato de ter abrangido “os dois lados”.

Com esses propósitos, o texto procura dar conta de três tarefas: narrar a “operação borracha”; apresentar outros exemplos literários que tocam na questão do esquecimento (o romance *Cem Anos de Solidão*, de Gabriel García Márquez, e obras escritas por sobreviventes dos campos de concentração); e adentrar na questão do esquecimento político, a partir do contexto da anistia de 1979 e do debate contemporâneo sobre verdade e justiça. O trajeto permitirá resgatar as dimensões de denúncia e de profecia contidas em *Incidente em Antares*.

A “operação borracha”

Depois de terem dito o que pretendiam às autoridades e à população de Antares, os sete defuntos voltaram aos caixões que os aguardavam em frente ao portão do cemitério municipal. Finda a greve geral que tinha iniciado no frigorífico multinacional e que havia impedido os coveiros de realizarem seu trabalho, os mortos foram sepultados. Ficamos, então, sabendo que

cedo, na manhã daquele sábado – verdadeira aleluia para os antarenses – um vento forte começou a soprar em Antares, de leste para oeste, varrendo na direção da Argentina e de outras repúblicas

vizinhas os miasmas e o mau cheiro deixado pelos mortos na Praça da República e arredores.³

Na mesma manhã, chegaram os jornalistas de Porto Alegre, aos quais Mendes, o secretário do prefeito, informou que nada de extraordinário havia acontecido. Tudo não teria passado de uma estratégia de marketing: “é que”, segundo ele, “no outono do ano que vem pretendemos organizar aqui em Antares uma feira agropastoril e precisamos chamar a atenção de todo o Brasil para a nossa cidade”.⁴ Cinco pessoas foram entrevistadas na rua. Uma se esquivou e as outras quatro confirmaram o acontecido, tendo uma delas afirmado nunca ter ouvido falar da feira. Outra, que relatou o caso dos mortos, comentou que o prefeito “nega tudo”. O lambe-lambe disse ter visto tudo, mas confirmou que sua câmera não conseguira registrar nada. O promotor, por sua vez, zombou dos repórteres, ao dizer que eles nem pareciam “pessoas da cidade grande”. Como seria possível, perguntou o personagem, “na era da eletrônica, no século da cibernética e de voos interplanetários”, as pessoas acreditarem “na ressurreição de mortos apodrecidos?”⁵

Os repórteres seguiram fazendo inquirições e ouvindo confirmações sobre o incidente. Foram, finalmente, convidados para um banquete oferecido pela Prefeitura. Durante o banquete, no entanto, o tema dos mortos-vivos acabou secundado pela notícia de que a greve geral havia terminado. Assim, antes de voltarem a Porto Alegre, os jornalistas – talvez para não perderem completamente seu tempo – entrevistaram lideranças da greve e seus companheiros, bem como registraram o desfile da vitória nas ruas centrais da cidade.

Quando as coisas estavam voltando ao normal, o prefeito sentiu necessidade de fazer algo para “levantar o moral do povo de Antares” e, como acrescentou seu secretário, para “desagravar as pessoas respeitáveis que foram insultadas em

³ Idem, p. 453.

⁴ Idem, p. 455.

⁵ Idem, p. 457.

público”.⁶ Além das questões pessoais, que poderiam levar ao rompimento de diversos casamentos, havia as denúncias relativas ao prefeito, ao juiz, aos médicos, ao delegado, ao professor e a outras pessoas de renome da cidade. Tudo foi discutido numa reunião convocada pelo prefeito. O professor Libindo – que tinha sido acusado pelos mortos de se travestir de sábio, ter uma falsa moral e uma falsa cultura – sugeriu sustentar que aqueles fatos não tinham acontecido. Afirmou o helenista que não havia “provas materiais, substanciais” do incidente e que a foto que havia sido tirada deles na praça mostrava apenas o coreto vazio. Questionado sobre o fato de que milhares de pessoas tinham visto e ouvido os defuntos, o professor respondeu com outro questionamento: “poderíamos confiar sempre no testemunho de nossos sentidos? Devemos dar crédito ilimitado à nossa memória?” Propôs, então, a saída para a situação: “organizar uma campanha muito hábil, sutilíssima, no sentido de apagar esse fato, não só dos anais de Antares, como da memória dos seus habitantes. Sugiro (aqui entre nós) um nome para esse movimento: Operação Borracha”. Os aliados para essa campanha seriam, ainda segundo o professor, o tempo, o bom senso, a ciência e a experiência humana. Por conta disso, profetizou Libindo: “o mundo inteiro se negará a dar crédito a essa... essa linda macabra!”

Lucas Faya, diretor do jornal local *A verdade*, manifestou sua preocupação com as “várias centenas de pessoas interessadas em provar ao mundo que aquela cena degradante na praça, ao meio-dia da sexta-feira, 13, aconteceu mesmo”. O professor, no entanto, estava mais interessado com as “pessoas de reputação ilibada [que] foram injusta e brutalmente atacadas” e defendeu que era preciso “fazer alguma coisa para desagrává-las, em nome da segurança do nosso Edifício Social”. O desagravo se daria com um “banquete-monstro” em homenagem aos caluniados.

O mesmo Lucas Faya tinha uma proposta alternativa à operação borracha. Ele queria publicar uma extensa reportagem sobre o caso, na qual os fatos seriam “narrados honestamente, da maneira como aconteceram”. Depois de lida

⁶ Idem. As citações que seguem foram extraídas das páginas 467 a 474.

a reportagem aos presentes à reunião, eles a consideraram “uma admirável peça literária”, um relato “muito eloquente” e também “uma faca de dois gumes”. Mas a operação borracha já estava fazendo efeito. O delegado finalizou a discussão afirmando que “ninguém viu nada, porque *nada* aconteceu” e sentenciou ao jornalista: “você também vai esquecer o que ‘pensa que viu’”.

O banquete proposto veio a se realizar no Clube Comercial e teve a presença de mais de quinhentas pessoas. Houve discursos e aplausos. O delegado, por exemplo, foi ovacionado pela defesa da paz e da ordem em Antares e por ser um soldado “da sociedade cristã ocidental, hoje em dia tão brutalmente atacada por grosseiros materialistas a soldo de Moscou, Pequim e Havana”. O brinde tradicional ao presidente da República, no entanto, não foi feito. Além disso, uma “espécie de mal escondida cábula” foi notada na face de muitos dos convidados, os quais só se sentiram realmente à vontade depois da ingestão de muito vinho.

Quando os convidados saíram da festa, uma pequena multidão, formada principalmente por jovens, os esperava na rua. Em meio a vaias, pronunciaram palavras de ordem como “farsantes”, “abaixo a burguesia”, “hipócritas”. Houve enfrentamento entre a polícia e os manifestantes. Policiais, armas, bombas, sangue, manifestantes dispersos. Finalmente, “no dizer do prefeito municipal, triunfou mais uma vez a democracia”.

Entre o banquete e o final da narrativa – situado sete anos depois do incidente, em dezembro de 1970 – o leitor fica sabendo que “a operação borracha continuava, a despeito dos esforços em contrário feitos pelas esquerdas e pelas cartas anônimas” e que os personagens da festa foram encontrando seus lugares no novo quadro político inaugurado com o golpe de 1964. Nesse meio-tempo, o líder da greve partiu para o exílio; o jornalista usou sua pena para elogiar “a revolução vitoriosa”; o delegado foi promovido e transferido para uma cidade maior, tendo o mesmo acontecido com o juiz; o prefeito tentou assumir a liderança do partido governista, mas não conseguiu e passou uma fase de “hiber-

Operação borracha:

nação política”.⁷ A alta sociedade de Antares entrou “numa espécie de crescente delírio exibicionista e competitivo”, o que muito agradou ao cronista social do jornal *A verdade*. Frente a tudo isso, o narrador diz poder “afirmar, sem risco de exagero, que Antares esqueceu o seu macabro incidente. Ou então sabe fingir muito bem”.

Essa conclusão, no entanto, contrasta com o último episódio do romance na página seguinte. Em seis parágrafos (que poderiam ter vida própria), Erico conta a história de um pai que caminhava com o filho. Na rua por onde passavam, havia uma mancha de sangue. Um estudante, flagrado fazendo pichações, tinha sido abatido aí pela polícia, na noite anterior. O menino de sete anos, querendo mostrar que já sabia ler, olhou para o muro e começou a soletrar em voz alta: “Liber...”. Restou ao pai censurá-lo com um “cala a boca, bobalhão” e levá-lo para casa.

Pelo que se depreende da historieta, nem tudo tinha sido esquecido. Nem todos tinham esquecido. Nem todos sabiam que deveriam ter esquecido.

A literatura como denúncia das estratégias de esquecimento: Antares e Macondo

A questão do esquecimento presente em *Incidente em Antares* foi também contemplada no romance *Cem Anos de Solidão*, que Gabriel García Márquez publicou em 1967, poucos anos antes do lançamento do livro de Verissimo.⁸ Destaco da obra o episódio narrado no 15^o capítulo, que diz respeito a uma greve dos trabalhadores da companhia bananeira, uma multinacional instalada na fictícia Macondo, na Colômbia. No seio da trama, García Márquez coloca seu personagem José Arcádio Buendía.

O autor nos conta que os trabalhadores denunciavam a fraude no sistema de vales, o fato de os médicos da com-

⁷ Idem. As citações que seguem foram retiradas das páginas 487 a 489.

⁸ MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cem Anos de Solidão*. Rio de Janeiro: Record, 1982.

panhia não examinarem os trabalhadores, o amontoamento destes em barracos miseráveis, a falta de latrinas. A estratégia dos advogados da empresa foi fazer crer que o diretor da companhia não mais vivia em Macondo e a empresa “não tinha, nem tinha tido nunca nem teria jamais, trabalhadores a seu serviço”, estabelecendo, assim, com o apoio dos tribunais “a inexistência dos trabalhadores”.⁹ Quando a greve estourou, a companhia passou a utilizar soldados para substituir os trabalhadores, os quais, por sua vez, “começaram a sabotar a sabotagem”. Quando estava prestes a explodir uma guerra civil, as autoridades chamaram os trabalhadores para ouvirem o chefe civil e militar da província que chegaria a Macondo na sexta-feira seguinte (também foi numa sexta-feira que os mortos ocuparam o coreto da praça de Antares). Nesse dia, uma multidão se concentrou em torno da estação ferroviária, esperando sob um sol abrasador (talvez tão quente quanto o de Antares). O chefe esperado não veio, mas um tenente, usando um megafone, leu um decreto da autoridade, o qual “classificava os grevistas de quadrilha de malfeitores e facultava ao exército o direito de matá-los à bala”.

Depois da leitura, outro militar assumiu o megafone e ordenou que a multidão se dispersasse em cinco minutos. Ao final desse tempo, ameaçou: “mais um minuto e atiramos”. Em meio “à maravilhosa profundidade do silêncio”, ouviu-se um grito: “esses cornos são capazes de atirar”, e da garganta de José Arcádio saiu a provocação: “Cornos! Podem levar de presente o minuto que falta”. De forma magistral, Gabriel García Márquez narra a resposta das metralhadoras, o terror da multidão e o paradeiro de José Arcádio, que veio a acordar, horas depois, num dos vagões do trem, carregado de cadáveres e vigiado por soldados.

Percebendo a situação, continua o narrador, o personagem pulou do trem, caminhou por três horas sob a chuva forte que há pouco havia começado a cair, até retornar a Macondo. Encontrou uma casa, onde contou à mulher que o recebeu

⁹ Idem. As citações que seguem foram retiradas das páginas 208 a 214. Por razões de espaço e foco, a questão do negacionismo, sugerida no trecho acima e em outros que seguem, não será analisada neste artigo.

que havia mais de três mil corpos no trem. Ela negou que algo tivesse acontecido e o mesmo lhe foi dito nas outras três casas pelas quais passou em seguida. Todos afirmaram que “não houve mortos”. Ao chegar a sua própria casa, José Arcádio ficou sabendo pelo irmão, Aureliano Segundo, que na noite anterior tinha sido divulgada uma comunicação oficial, segundo a qual “os operários tinham obedecido à ordem de evacuar a estação e se dirigiram para suas casas em caravanas pacíficas”, que as lideranças tinham diminuído suas reivindicações e que o diretor da companhia tinha aceitado as condições e prometido “três dias de festas públicas para celebrar o fim do conflito” (como o banquete de desagravo que foi feito em Antares). O acordo, no entanto, por definição do diretor, seria assinado apenas quando o tempo estiasse. No início do capítulo seguinte, ficamos sabendo que “choveu durante quatro anos, onze meses e dois dias”!

A narrativa do massacre foi sustentada por seus únicos sobreviventes, que foram José Arcádio e um menino, o qual, sobre os ombros do primeiro, vira o enfrentamento na estação. Esse menino, “muitos anos depois [...] haveria de contar ainda, apesar de os vizinhos continuarem a encará-lo como um velho maluco”. A versão oficial, por outro lado, “mil vezes repetida e repisada em todo o país por quanto meio de comunicação o Governo encontrou ao seu alcance, terminou por se impor”. Porém, isso não significou paz. À noite, após o toque de recolher, soldados buscavam e exterminavam “malfeitores, assassinos, incendiários e revoltosos”, levando-os para uma “viagem sem regresso”, negando o fato aos “próprios parentes de suas vítimas” e defendendo que “em Macondo não aconteceu nada, nem está acontecendo nem acontecerá nunca. É um povoado feliz”.

Para além do fato de *Cem Anos de Solidão* e *Incidente em Antares* serem consideradas obras representativas do realismo fantástico latino-americano, outras semelhanças são perceptíveis quando o foco é dirigido à operação borracha e à greve da companhia bananeira: o contexto de reivindicações de trabalhadores, os quais têm entre seus interlocutores representantes do capital multinacional e as autoridades locais; a caracterização dos líderes como agitadores; o não reconhecimento de legitimidade nas suas demandas; o ápice

dos acontecimentos numa sexta-feira e num espaço público que reúne muitas pessoas (a praça de Antares e a estação de trem de Macondo), sob um sol escaldante; a elaboração de uma versão oficial na qual o conflito é negado; o propósito de reforçar simbolicamente, através da festa, os laços sociais rompidos; a continuidade da repressão (com a perseguição aos líderes sindicais em Macondo e com a boa receptividade ao golpe de 1964 em Antares).

Em ambos os casos, tentar fazer esquecer foi a estratégia utilizada para recolocar as coisas no lugar que ocupavam antes dos conflitos. Em Antares, as relações econômicas, sociais, políticas e mesmo pessoais tinham sido alvo de ataque no discurso dos mortos não sepultados. Parte dessas relações vinha sendo abalada no contexto da greve geral, da qual os coveiros também participaram. A ambientação da trama em torno de uma greve geral acontecida no final de 1963 permitiu a Erico Verissimo falar sobre o contexto anterior ao golpe, quando realmente aconteceram muitas greves, tendo algumas delas o caráter de greve geral. Permitiu falar sobre um momento de exacerbação do conflito de classe e de incapacidade do Estado de lidar com as crescentes demandas por reformas. Mas permitiu, também, falar sobre a repressão sob a ditadura.

Em 1963, o governo estadual gaúcho era ocupado por Ildo Meneghetti, do Partido Social Democrático (PSD). Ele chegara ao poder como uma alternativa à “agitação” representada por Leonel Brizola (que assumira o governo em 1959 e liderara o Movimento da Legalidade em 1961). Nesse contexto, o crescimento da influência política do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) gerava temores entre as autoridades de Antares, que se incomodavam com o povo fazendo política, com a agitação nos sindicatos e com a solidariedade de outras categorias a uma greve que se iniciou no frigorífico multinacional.

É perceptível que o romance desloca temporalmente situações que marcaram o pós-golpe para o período pré-1964, fazendo crer que não estava falando sobre a ditadura em vigência, mas sim sobre o regime anterior. É o que se percebe, por exemplo, nas denúncias de morte sob tortura de João Paz, um dos sete defuntos, nas dependências da delegacia e de conivência médica com essa prática. Segundo a análise de

Operação borracha:

Márcia Ivana Lima e Silva, a presença do personagem João Paz entre os mortos “marca a denúncia mais contundente da situação arbitrária pela qual passava o Brasil no início da década de 1970”.¹⁰ João foi acusado de treinar um bando de dez “guerrilheiros esquerdistas”, do qual seria o chefe, numa clara alusão aos Grupos dos Onze, que foram organizados em 1964, sob a liderança de Leonel Brizola.¹¹ Depois de machucado com pontas de cigarro, ele foi submetido à segunda parte do interrogatório, quando “dois brutamontes puseram-se a bater em Joãzinho, aplicando-lhe socos e pontapés no rosto, na boca do estômago, nos testículos”.¹² Dessa forma, em 1971, no coração dos “anos de chumbo”, o romance de Erico leva ao público leitor denúncias sobre a ação policial com detalhes sobre sua “fase requintada”. Ficamos sabendo que “enfiam-lhe um fio de cobre na uretra e outro no ânus e aplicam-lhe choques elétricos”.¹³

No caso de Antares, a “operação borracha” pretendia fazer crer que não tinham existido os acontecimentos da sexta-feira, 13 de dezembro, dia em que os mortos tomaram a praça. (Vale lembrar que em 13 de março de 1963 aconteceu o Comício da Central do Brasil, em 13 de dezembro de 1968 foi imposto o AI-5 e ambos os dias caíram numa sexta-feira.) Ao serem esquecidos os mortos e suas denúncias, ficariam esquecidas as ações e situações que eles denunciaram. A normalidade da vida da comunidade se restabeleceria, bem como a legitimidade e a respeitabilidade das autoridades. A operação, no entanto, teria que lidar com o fato de que muitas pessoas testemunharam o acontecido na praça. Contra os testemunhos, contou o “bom senso”, que ia contra qualquer relato do ocorrido, a falta de provas documentais e o investimento simbólico na valorização das pessoas que tinham sido “calu-

¹⁰ SILVA, Márcia Ivana de Lima e. O fantástico e a censura: Incidente em Antares de Érico Veríssimo. *Organon*, Porto Alegre, v. 19, p. 187-204, 2005, p. 197.

¹¹ RODEGHERO, Carla S.; GUAZZELLI, Dante Guimaraens; DIENST-MANN, Gabriel. *Não calo, grito: memória visual da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013, p. 39-44.

¹² VERISSIMO, op. cit., p. 374.

¹³ Idem, p. 375.

niadas”. Mesmo que a operação não tenha tido pleno sucesso – sempre havia alguém a lembrar do acontecido –, o conflito e tudo o que estava por trás dele ganharam a dimensão de um “incidente”, um passo em falso.

O livro de Verissimo foi objeto de estudo de Tânia Pellegrini, para quem essa obra e outras publicadas no período são apresentadas como alegóricas, já que “por outros meios contam a mesma história de arbítrio e repressão”.¹⁴ Ao lado de *Incidente em Antares*, a pesquisadora destaca os romances *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão, e *A festa*, de Ivan Ângelo. Márcia Ivana Lima e Silva chamou a atenção para a correlação entre a “operação borracha” colocada em prática em Antares e a “operação limpeza”, efetivada logo após o golpe contra os “inimigos internos”.¹⁵ Sandra Pesavento, por sua vez, percebeu correlações entre o fato de Antares ter esquecido “esta emergência do sobrenatural no seu cotidiano” e o Brasil da década de 1970, o qual buscou, “pelo programa do Milagre Econômico, minimizar seu passado recente”.¹⁶ Para a autora, o momento em que a obra “atinge sua análise política mais profunda” é quando lembra “que a memória tem como seu reverso o esquecimento” e que “este é, no caso, uma opção. Uma espécie de pacto se instaura: ninguém viu ou participou, não foi bem assim. Forma de defesa contra o presente, manipula-se o vivido no passado até chegar ao não aconteceu”.¹⁷

Na cidade imaginada por Gabriel García Márquez, por sua vez, a tentativa de impor o esquecimento ocupa lugar central no relato da greve da companhia bananeira. O episódio

¹⁴ PELLEGRINI, Tânia. *Gavetas vazias: ficção e política nos anos 1970*. São Carlos/SP: Editora da UFSCar, 1997. Ver também: Especialista na área, Tânia Pellegrini comenta o papel da Literatura no Regime Militar. In: *Livre Opinião - Ideias em Debate*, 19 de março de 2014. Disponível em: <http://livreopinioao.com/2014/03/19/especialista-na-area-tania-pellegrini-comenta-o-papel-da-literatura-no-regime-militar/>. Acesso em: 11 jul. 2014.

¹⁵ SILVA, op. cit., p. 202.

¹⁶ PESAVENTO, Sandra Jatthy. Cidades imaginárias: literatura, história e sensibilidades. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, v. 6, ano VI, n. 1, jan.-mar. 2009, p. 11.

¹⁷ Idem.

Operação borracha:

diz respeito a uma greve acontecida na cidade natal do autor colombiano, Aracataca, em 1928, envolvendo trabalhadores da United Fruit Company. O número oficial de mortos na estação de trem foi nove. Porém, diferentes registros (imprensa, fontes militares, documentos diplomáticos, relatos de sobreviventes) elevam o número a mais de mil.¹⁸

Mais do que restabelecer o exato número de mortos no massacre, Gabriel García Márquez realiza, por meio de sua literatura, um trabalho de luto. Um luto que seria elaborado coletivamente, pelo escritor e por seus leitores. Se pensarmos nas relações entre história, testemunho, literatura e trauma, podemos considerar que a narrativa assumiu a função de enfrentar tanto a onipresença da morte quanto a negação da sua existência. A negação foi enfrentada pelo menino, depois considerado um velho louco, e por José Arcádio, em quem ninguém acreditara. Foi enfrentada também pelo escritor, que se criou ouvindo essas histórias e, de alguma maneira, tornou-as objeto de sua produção literária, ficcional.

Em estudo sobre o lugar da greve no romance, Maria Fernanda de Abreu apresenta comentários de García Márquez a respeito da necessidade de adequar o caso da greve e do massacre à lógica do conjunto do livro:

numa história onde as pessoas sobem ao céu e fazem coisas como esta, não fazia sentido meter sessenta pessoas numa praça e ocasionar-lhe três mortos. De modo que o que eu fiz foi encher de gente uma praça enorme e desatar a disparar e ocasionar três mil mortos, um verdadeiro massacre, à altura do romance.¹⁹

¹⁸ DELAMUTA, Karen García; ENGEL, Priscila; ADOUE, Silvia Beatriz. *Cem anos de solidão e o massacre de Aracataca*. *Revista Espaço Acadêmico*, ano VII, n. 74, julho de 2007. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/074/74adoue.htm>. Acesso em: 26 mar. 2014.

¹⁹ ABREU, Maria Fernanda de. Gabriel García Márquez: Memórias, fábulas, História. In: *Actas do Colóquio Internacional Literatura e História*. Cidade do Porto, 2004, vol. 1, p. 13-17.

O que ele pretendia, então, não era restabelecer a “verdade dos fatos”, mas inserir no espaço imaginário de *Cem Anos de Solidão* “o impacto que a evocação desse acontecimento tinha produzido” nele próprio, durante a infância.²⁰ O impacto do acontecimento no autor é perceptível em diferentes registros de memória, nos quais García Márquez menciona o massacre sendo-lhe contado pela mãe e pelo avô, e na insistência que o romancista tinha em dizer que nascera em 1928, ano da greve, e não em 1929, como atestam seus biógrafos e mesmo familiares.²¹ Conforme recupera Abreu, a partir de comentários do romancista, o tema da greve foi legado à sua memória pela memória coletiva, e ele, como autor, viu-se no direito de exagerá-la como se a tivesse vivido. No fundo, o que contou, ainda segundo a pesquisadora, foi menos a verdade dos números do que a verdade da dor.²²

Qual foi o lugar ocupado pelo esquecimento nesse episódio e no relato que o romancista fez dele? As dúvidas quanto ao exato número de mortos, as evidências de que o seu número teria sido bem maior do que nove e a persistência do tema na memória coletiva indicam que as autoridades e a companhia tentaram minimizar a dimensão do ocorrido. No romance, tão importante quanto a narrativa do massacre, é aquela do seu esquecimento. Recheando a obra com elementos de realismo, o autor precisou apelar para o maravilhoso, para o fantástico, para denunciar e questionar: como é possível que toda aquela violência tenha sido esquecida? Como as autoridades conseguiram tornar crível a versão da conciliação? Será que só aos loucos (como o menino que ficou velho) e aos que se dedicam à interpretação de pergaminhos (como veio a ser o caso de José Arcádio) teria sido possível conhecer a verdade e enfrentar a estratégia do esquecimento?

Enfrentar a estratégia do esquecimento parece ter sido, se não uma das intenções, um dos resultados da obra. *Cem Anos de Solidão* nos mostra que o esquecimento existe como maquinação do poder e, ao denunciá-lo, dá vida – ou,

²⁰ Idem, p. 14.

²¹ Idem, p. 3.

²² Idem, p. 16.

Operação borracha:

paradoxalmente, dá túmulo digno – queles que foram vítimas do poder. A literatura, então, ao denunciar o esquecimento, pode contribuir para um processo mais amplo de elaboração das perdas, de trabalho com o trauma, de libertação em relação ao passado de dor.

O esquecimento político

As duas obras que contrapomos são, sem dvida, constitutivas do realismo fantástico na literatura latino-americana. A narrativa fantástica, como lembra Pesavento, trabalha “no limiar da realidade com o fantástico”.²³ No seio dos acontecimentos do dia a dia, “irrompe um fenmeno inusitado e extraordinário”, que não consegue ser explicado pela lógica do mundo familiar. Instala-se, no personagem e no leitor, a dvida e o medo, resultados da perda de referências. Ao mesmo tempo, essa nova realidade tende a se revestir de verossimilhança, permitindo ver, por outros ângulos, o mundo vivido. As obras em questão são, também, testemunhos de processos marcantes na América Latina, com destaque para a exploração dos trabalhadores e o autoritarismo político.

É preciso lembrar, porém, que o tema do esquecimento tem estado associado a narrativas sobre outras situações traumáticas que marcaram o século XX. Refiro-me, aqui,  literatura sobre o genocídio de judeus e de outros grupos nos campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial.

Falarei disso utilizando três exemplos apresentados por Harald Weinrich, na obra *Lete, arte e crítica do esquecimento*, um trabalho sobre a polissemia do esquecimento na história literária do Ocidente, que reservou espaço importante para a questão dos campos de concentração.²⁴ Assim como nos casos de *Incidente em Antares* e *Cem Anos de Solidão*, continuo apostando na potencialidade que a literatura tem de

²³ PESAVENTO, op. cit., p. 4.

²⁴ WEINRICH, Harald. *Lete: Arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Agradeço à professora Ângela de Castro Gomes pela indicação dessa obra.

iluminar e dar a ver os conflitos sociais de cada época e também de lidar com o trauma.

Weinrich nos apresenta Elie Wiesel, judeu que passou por três campos de concentração, desde os 16 anos de idade, e publicou o romance *Noite* uma década após a libertação. Nele, Wiesel descreve o juramento feito na primeira noite em Auschwitz, do qual destaco a primeira e a última frases:

Não esquecerei jamais essa noite, a primeira noite de acampamento que fez de minha vida uma longa noite sete vezes amaldiçoada. [...] Não esquecerei jamais aquilo, mesmo que seja condenado a viver tanto tempo quanto o próprio Deus. Jamais.²⁵

Ao usar a fórmula “não esquecerei” ao invés de “recordarei”, o juramento revela a necessidade de lutar contra o esquecimento. Que esquecimento seria esse? Weinrich detecta no juramento a erosão do pacto entre Deus e o povo judeu. Teria Deus se esquecido do seu povo? Ao mesmo tempo, o crítico localiza no romance diversas passagens que revelam como a memória era arrancada dos prisioneiros, que esqueciam seus nomes, suas promessas, sua dignidade, em troca da sobrevivência. Por conta disso, *Noite* assume a função de “lembrança de um esquecimento multiforme”, que se fazia presente no dia a dia do campo.²⁶ Fora do campo, ao escrever sua primeira obra e ao abri-la com o juramento mencionado, Wiesel quis mostrar que a memória precisava lutar diariamente contra o esquecimento, como os prisioneiros já faziam, e que, para tanto, era preciso conhecê-lo e registrá-lo em todas as suas manifestações.

Outro romance, do mesmo autor, trata do contato dos sobreviventes com os seus sucessores e se debate com “o perigo do esquecimento ligado a toda a troca de geração”.²⁷ Em *O esquecido*, Wiesel lida com três personagens: o avô, morto no campo; o pai, sobrevivente, mas que está perdendo a me-

²⁵ Idem, p. 252.

²⁶ Idem, p. 256.

²⁷ Idem, p. 257.

mória; e o filho, um jornalista do qual o pai exige a promessa de não esquecer. Apesar de se comprometer, o filho não cumpre o esperado. Weinrich conclui que o filho “precisa viver sua vida”, pois a memória “é, no final das contas, tão individual quanto a vida”, ao mesmo tempo, se pergunta se “talvez também o esquecimento tenha o direito de existir”.²⁸ Temos, aqui, nas duas obras apresentadas, a luta contra o esquecimento e a percepção dos limites desse esforço.

A complexidade do tema e as ambiguidades do esquecimento são reforçadas na comparação proposta por Weinrich entre as trajetórias e obras de Primo Levi e Jorge Semprún. O químico judeu Primo Levi, em *Se é isto um homem*, narra o sonho que o atormentava enquanto estava no campo de concentração de Auschwitz: ele se via fora do campo, querendo contar o que lhe passou. As pessoas, no entanto, não demonstravam interesse e dele se afastavam. Depois de libertado, Levi canaliza esse temor para a escrita de um livro. As lutas pela sobrevivência e pela lembrança se conjugam, como um dever. Outro sobrevivente, o republicano espanhol Jorge Semprún, preso em 1943, permaneceu por 18 meses no campo de Buchenwald e só conseguiu publicar o livro sobre sua experiência cinquenta anos depois da libertação. A partir de 1945, procurou distanciar-se dos horrores vividos, período em que, segundo Weinrich, o “puro desejo de viver” impediu que a memória o levasse “de volta para perto da morte”.²⁹ A opção pelo esquecimento é revista quando, em 1987, Primo Levi comete suicídio. Percebendo ser pouco o tempo que lhe resta, o poeta espanhol consegue romper seu bloqueio de escrever. Assim, enquanto no caso de Levi, a necessidade de sobrevivência se ligou à possibilidade de contar e de ser ouvido, no de Semprún, a mesma necessidade foi satisfeita pelo esquecimento. Mas satisfeita só até certo momento.

Os exemplos mencionados de narrativas dos sobreviventes dos campos de concentração giram em torno do desejo e da dificuldade de narrar, da necessidade de ouvintes, do propósito de não esquecer e de fazer com que as novas gera-

²⁸ Idem, p. 258.

²⁹ Idem, p. 266.

ções também não esqueçam, do papel assumido pela literatura nessa tarefa. Eles alertam, no entanto, que o imperativo de não esquecer pode se tornar uma carga que impede os indivíduos e as coletividades, especialmente as gerações posteriores aos conflitos, de vislumbrarem o futuro.

Weinrich se debruça também sobre obras que tratam da imposição política do esquecimento e apresenta, por meio de exemplos literários, um conjunto de conflitos familiares e políticos que pareciam concluídos e coroados com a ordem de esquecer, mas que continuaram a ter vida por outros caminhos, com outros desdobramentos. Com isso, ele demonstra a tensão existente entre o imperativo político de esquecer (presente em medidas de anistia, por exemplo) e a volatilidade da vida. A exigência de esquecer, muitas vezes colocada no campo da política, não garante necessariamente a aceitação social do esquecimento. Por isso, a sugestiva conclusão de que há limites para qualquer política de imposição do esquecimento. Seguindo a mesma lógica, porém, refletindo especificamente sobre a anistia brasileira de 1979, medida que contemplou os perseguidos políticos e os agentes do regime (cujos crimes foram considerados conexos aos políticos), a filósofa Jeanne Marie Gagnebin lembrou que “a memória efetiva não se deixa controlar, somente se deixa calar – às vezes também manipular, mas volta”.³⁰ Há, então, que se levar em conta a existência de limites tanto para a política de imposição do esquecimento quanto para os propósitos de eliminação do esquecimento.

A anistia é uma medida que visa ao esquecimento jurídico e político. No final do século XIX, Rui Barbosa caracterizou-a como o “véu do eterno esquecimento”.³¹ Um século depois, o filósofo Paul Ricoeur definiu-a como “esquecimento comandado”.³² Ambos os autores, em suas argumentações,

³⁰ GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: SAFATLE, Vladimir; TELLES, Edson (Orgs.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 183.

³¹ BARBOSA, Rui. *Anistia inversa - caso de teratologia jurídica*. Rio de Janeiro: Oficina de Obras do Jornal do Brasil, 1896.

³² RICOEUR, Paul. *A história, a memória, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

voltaram à Grécia Antiga para buscar os primeiros exemplos de anistias e percorreram outros momentos da história do Ocidente para lembrar a recorrência dessas medidas, levadas a cabo ao final de períodos de conflito. Enquanto Rui Barbosa preocupou-se mais em caracterizar os modelos de anistias – ora gerais, ora restritas, ora condicionais –, Paul Ricoeur questionou os limites e perigos de um esquecimento imposto e de uma recomposição dos laços políticos que abre mão de aprender com os erros do passado. Os escritos dos dois autores estão separados temporalmente por um século de história, um século marcado por grandes conflitos mundiais, pela violência, pelo holocausto e pela consolidação de certos valores, como os da democracia e dos direitos humanos.

Se, como lembra Weinrich, entre os séculos XVII e XVIII, foi comum que acordos de paz na Europa contivessem “uma ordem abrangente de esquecimento para todas as ações de guerra”, muitas vezes expressa como anistia ou olvido, tal estratégia torna-se inadmissível no século XX.³³ Os crimes ligados às grandes guerras, segundo o autor, não podem ser

apagados da memória da humanidade por uma ordem de esquecer. Por isso, é moral e historicamente coerente que desde os processos de Nuremberg por crimes de guerra, cuja concepção política também foi confirmada pelo Parlamento Alemão e pelo Tribunal Internacional de Crimes de Guerra em Haia, todos os ‘crimes contra a humanidade’, especialmente na forma de assassinato de genocídio, tenham sido excluídos de qualquer anistia e não possam prescrever.³⁴

A história do Brasil republicano é caracterizada por um grande número de anistias. Tais medidas se fizeram presentes em quase todos os momentos de transição entre um e outro regime e também ao final de conflitos regionais ou locais. Entre elas podemos citar a anistia de 1892 (que con-

³³ WEINRICH, op. cit., p. 237.

³⁴ Idem, p. 238.

templou os envolvidos no conflito entre deodoristas e florianistas); de 1895 (para os envolvidos na Revolta da Armada e Revolução Federalista); de 1905 (Revolta da Vacina); de 1910 (Revolta da Chibata); de 1916 (Revolta do Padre Cícero); de 1918 (Revolta do Contestado); de 1930 (Revolução de 1930); de 1934 (Revolução Constitucionalista); de 1945 e de 1946 (Levantes comunista de 1935 e integralista de 1938; instauração do Estado Novo); de 1956 (Revoltas contra a posse de Juscelino Kubitschek); de 1961 (Movimento da Legalidade); e de 1979 (Ditadura).³⁵ Em parte dessas ocasiões, a medida foi demandada pelos perseguidos do regime (como em 1945 e 1979), em outra foi usada pelos governantes como forma de conciliação e garantia de permanência no poder (como em 1930). Em muitos casos, as duas dimensões se mesclaram. Em boa parte deles, os argumentos usados para alcançar a medida valorizaram os benefícios do esquecimento.³⁶

Desde o golpe de 1964, vozes isoladas da oposição se manifestaram sobre a necessidade de anistia, já que acreditavam que a interferência do grupo civil-militar que derrubou o presidente João Goulart seria apenas pontual. A interferência, no entanto, se mostrou mais profunda e demorada. O empenho em derrotar os apoiadores do governo deposto e todos os demais adversários do regime fez com que os planos e medidas de repressão e fechamento se sobrepusessem aos propósitos de conciliação que poderiam ser levados adiante com a anistia aos derrotados. Do lado da oposição, os setores mais à esquerda optaram pelo enfrentamento armado da ditadura, descartando também a luta por anistia como estratégia de ação. O quadro mudou a partir da segunda metade dos anos 1970, quando, depois de massacrar a oposição clandestina, o governo anunciou medidas de distensão política.

³⁵ RIBEIRO MARTINS, Roberto. *Liberdade para os brasileiros: Anistia ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; SCHNEIDER, Ann M. *Amnestied in Brazil, 1895 - 1985*. University of Chicago, 2008 (tese em História).

³⁶ RODEGHERO, Carla S. Anistia, esquecimento, conciliação e reconciliação: tensões no tratamento da herança da ditadura no Brasil. In: RODEGHERO, Carla S.; MONTENEGRO, Antônio; ARAÚJO, Maria Paula (Orgs.). *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012. p. 97-135.

Nesse contexto, a partir de 1975, no Brasil e no exterior, foram surgindo entidades voltadas à conquista da anistia, medida que permitiria a libertação dos presos políticos; a reintegração dos funcionários públicos expurgados; a volta dos exilados; a reconquista dos direitos políticos que tinham sido suspensos, junto com as cassações de mandatos; a possibilidade de retorno aos estudos e ao trabalho (para a iniciativa privada); o esclarecimento do Estado sobre militantes desaparecidos etc. Entre as entidades envolvidas, destaco os núcleos do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), surgidos a partir de 1975 e 1978, respectivamente. Os últimos congregaram militantes de diferentes entidades num contexto de reorganização da sociedade civil e de intensificação da luta contra a ditadura. O entendimento que esses e outros grupos construíram sobre a anistia ao longo de 1978 e 1979 é de que ela seria um dos passos para a derrota da ditadura e deveria ser acompanhada pelo fim efetivo da censura, pela revogação da Lei de Segurança Nacional e do AI-5, pela mudança na política econômica, pela liberdade de organização sindical e partidária etc. Os CBAs defendiam que a anistia não deveria ser um simples perdão ou esquecimento. A associação entre anistia, perdão, apagamento, silenciamento, esquecimento, no entanto, se fez presente em diferentes ocasiões ao longo das campanhas levadas adiante entre 1975 e 1979 e foi utilizada por atores políticos que ocupavam o centro do espectro político, como parlamentares do MDB, núcleos do MFPA e personalidades como o general cassado Pery Bevilacqua. A medida que demandavam, dessa forma, aproximava-se do significado que a anistia teve tradicionalmente na história do Brasil.

Quando o projeto de anistia do governo foi apresentado em junho de 1979, foi divulgada em rede nacional de rádio e de televisão a mensagem do presidente Figueiredo, a qual informava que a iniciativa “marcha na boa tradição brasileira”. Ao ser transformado em lei “tal projeto, apagar-se-ão os crimes e serão suspensos os processos em curso [...]. Quer o governo, com isso, evitar o prolongamento de processos traumatizantes para a sociedade. Certos eventos é melhor silenci-

á-los, em nome da paz da família brasileira”.³⁷ Ao reforçar as vantagens do apagamento e do silenciamento dos “processos traumatizantes”, o governo percebia o potencial conciliador da anistia, conveniente para um momento de forte pressão social. Com a aprovação da lei, foi dado passo importante para a transição do regime. Essa transição, no entanto, baseou-se no esquecimento institucional dos crimes dos agentes de Estado e transcorreu (transcorre) num tempo extremamente longo e num ritmo muito lento.

O esquecimento institucional representado pela anistia de 1979, segundo Márcio Selligmann-Silva, insere-se numa “cadeia de negações”, já que

durante o período da ditadura e posteriormente os militares e civis vinculados à ditadura negaram sistematicamente a existência desta violência. Esta negação já estava na origem destas mesmas práticas ilícitas e da sua forma clandestina de execução. O aparato de violência negava suas ações ao praticá-la em quartéis, delegacias e outros lugares escondidos da vista do público em geral. Ele negava às famílias o direito de informação sobre o paradeiro dos que haviam sido presos (a bem da verdade raptados) por este aparato. Negava também os corpos das vítimas de tortura (que eram ou enterrados em valas comuns clandestinas ou lançados ao mar).³⁸

Passados cinquenta anos do “incidente” de Antares e também cinquenta anos do golpe de 1964, no Brasil, assim como nos demais países do Cone Sul, está em curso um processo de avaliação das heranças ditatoriais e de busca de maneiras para enfrentá-las. Diferentes atores sociais estão mo-

³⁷ EMBORA RESTRITO, perdão atinge 5 mil. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 jun. 1979, Primeiro Caderno, p. 4.

³⁸ SELLIGMANN-SILVA, Márcio. Anistia e (in)justiça no Brasil: o dever da memória e a impunidade. *Literatura e autoritarismo: memórias da repressão*, Santa Maria, 9, jan.-jun. 2007. Não paginado. Disponível em: http://coralx.ufsm.br/grpesq/revista/num09/art_02.php. Acesso em: 26 mar. 2014.

Operação borracha:

bilizados para fazer valer o direito à verdade, à memória e à justiça. Nesse quadro geral podem ser destacados esforços oficiais – ora mais, ora menos intensos –; mobilização de setores da sociedade civil – ora com mais, ora com menos repercussão –; bem como críticas à lentidão dos processos judiciais ou à falta deles.

Acompanhamos, ao longo de 2014, no Brasil, o funcionamento tenso de uma Comissão da Verdade; a exumação dos restos mortais do presidente João Goulart, deposto em 1964, para averiguar um possível assassinato; a anulação da sessão do Congresso Nacional que o destituiu na madrugada de 1º de abril daquele ano; as campanhas em prol da identificação de lugares de tortura e dos torturadores; os esforços para excluir da lei de anistia o caráter de reciprocidade; as propostas para a mudança de nomes de logradouros que ainda homenageiam atores da ditadura; o processo ainda lento de abertura dos documentos produzidos pelos órgãos de repressão. Há, no entanto, forças políticas e setores sociais insatisfeitos com esse processo, os quais denunciam nele o revanchismo e o desrespeito ao esquecimento, o qual teria sido imposto pela anistia de 1979 ou acordado quando da sua concessão. Entre essas forças estão a maioria dos membros do Judiciário, setores do Executivo e do Legislativo, associações de militares aposentados e órgãos da grande imprensa. Assim, os grupos se dividem, grosso modo, entre os que defendem “que não se esqueça [a ditadura], para [que ela] nunca mais aconteça” e aqueles que alçam a bandeira do esquecimento como respeito ao pacto que teria resultado na lei de anistia e, assim, tornado possível a democracia que temos hoje.

Considerações finais

A leitura de *Incidente em Antares* e de outras obras que tratam da questão do esquecimento instiga a encarar a anistia de 1979 como uma espécie de “operação borracha” e a questionar se ela foi eficaz em seu objetivo. O tema do esquecimento parece ocupar no texto de Verissimo o duplo papel de denúncia e de profecia. A narrativa denuncia a ditadura em curso e revela estratégias usadas para apagar, para

fazer esquecer a violência de Estado. Retomo a importância do caso de João Paz, que narra tanto a prática cotidiana da tortura pela polícia quanto a convivência médica ao assinar laudos falsos, escondendo os reais motivos da morte de prisioneiros. O romance também denuncia, no amplo relato que antecede os dias do “incidente”, os processos históricos que deram origem ao conflito, deixando claro como se formou a estrutura de riqueza e de poder em Antares. Como lembra Maria da Glória Bordini, “em Antares, há uma ascensão contínua de autoritarismo, que vai desde o caudilhismo sem dó nem piedade até a sustentação de um regime discricionário pela via da opressão e da tortura”.³⁹

Se a dimensão de denúncia é clara - e deve ter sido percebida já pelos primeiros leitores -, a de profecia só é perceptível num tempo mais longo, quando teriam sido “concluídos” os processos em curso. Olhada a ditadura em retrospecto e acompanhados os processos de transição para o regime democrático, pode-se sustentar que o romance profetizou: a) que a ditadura viria a ser encarada como um mero “incidente”; b) que, para isso, o regime engendraria e aprimoraria estratégias para fazer crer - para as pessoas que vivenciaram o período e para as futuras gerações - que as violências e perseguições não tinham acontecido; c) que essas estratégias seriam levadas adiante não apenas pelas autoridades, como o prefeito e o delegado de Antares, mas também pelo conjunto das “forças conservadoras” do país, de tal maneira que aos militares se reuniriam setores do empresariado e da imprensa, lideranças políticas civis, amplos setores dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; d) que seria construída uma versão oficial sobre a ditadura e sobre a transição para a democracia que, como em Macondo, “repetida milhares de vezes”, tornar-se-ia verdade.

Essa versão oficial foi construída em torno da anistia de 1979 e de seu caráter conciliatório. Ela foi oficialmente confirmada, por exemplo, em 2010, quando o Supremo Tribunal Federal decidiu que a reciprocidade presente na lei de 1979 não estava em desacordo com a Constituição de 1988. Tal lei,

³⁹ BORDINI, Maria da Glória. Prefácio. In: VERRISSIMO, op. cit., p. 12.

Operação borracha:

para o órgão máximo do Judiciário brasileiro, teria sido resultado de um consenso que permitiu o início da redemocratização. A leitura dos documentos produzidos pelas entidades envolvidas na campanha pró-anistia e o acompanhamento dos debates no Congresso Nacional, nos meses de junho a agosto de 1979, no entanto, revelam que não se tratou exatamente de um consenso.

Não quero, ao falar de uma “versão oficial”, desconsiderar a existência de uma rica produção de livros de memória, de pesquisas acadêmicas (de história e outras áreas), de literatura e cinema e de inúmeras iniciativas voltadas para o conhecimento, o esclarecimento, a discussão crítica sobre o período da ditadura. Esse vigoroso esforço, contudo, não tem atingido amplos setores da população nem repercutido – suficientemente – em mudanças institucionais que garantam o completo rechaço da experiência ditatorial.

Familiares de mortos e desaparecidos da(s) ditadura(s) continuam buscando os restos mortais de seus entes queridos, além da verdade sobre o que lhes aconteceu e a justiça em relação aos seus assassinos. Os mortos têm lugar central nos acontecimentos de Antares e naqueles de Macondo/Aracataca. Enquanto os primeiros queriam ser enterrados, os segundos desapareceram depois do massacre, mas continuaram na memória coletiva. A imagem dos mortos – os corpos esqueléticos – nos campos de concentração, por sua vez, é talvez a que mais recorrentemente nos vem à mente ao pensarmos naqueles episódios. Acreditamos que a inscrição dessas experiências na literatura e na história seja uma das maneiras de enfrentar a “operação borracha” e olhar de forma mais complexa para as relações entre memória e esquecimento. Esperamos ter contribuído para tanto nestas páginas.

Referências

ABREU, Maria Fernanda de. Gabriel García Márquez: Memórias, fábulas, História. In: *Actas do Colóquio Internacional Literatura e História*. Cidade do Porto, 2004, v. 1, p. 13-17.

BARBOSA, Rui. *Anistia inversa* – caso de teratologia jurídica. Rio de Janeiro: Oficina de Obras do Jornal do Brasil, 1896.

BORDINI, Maria da Glória. Prefácio. In: VERRISSIMO, Erico. *Incidente em Antares*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006. p. 7-13.

DELAMUTA, Karen García; ENGEL, Priscila; ADOUE, Silvia Beatriz. *Cem anos de solidão e o massacre de Aracataca*. *Revista Espaço Acadêmico*, ano VII, n. 74, jul. 2007. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/074/74adoue.htm>. Acesso em: 26 mar. 2014.

EMBORA RESTRITO, perdão atinge 5 mil. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 jun. 1979, Primeiro Caderno, p. 4.

Especialista na área, Tânia Pellegrini comenta o papel da Literatura no Regime Militar. In: *Livre Opinião - Ideias em Debate*, 19 de março de 2014. Disponível em: <http://livreopiniao.com/2014/03/19/especialista-na-area-tania-pellegrini-comenta-o-papel-da-literatura-no-regime-militar/>. Acesso em: 11 jul. 2014.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: SAFATLE, Vladimir; TELLES, Edson (Orgs.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cem Anos de Solidão*. Rio de Janeiro: Record, 1982.

PELLEGRINI, Tânia. *Gavetas vazias: ficção e política nos anos 1970*. São Carlos/SP: Editora da UFSCar, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades imaginárias: literatura, história e sensibilidades. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 6, ano VI, n. 1, jan.-mar. 2009.

RIBEIRO MARTINS, Roberto. *Liberdade para os brasileiros: Anistia ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

RICOEUR, Paul. *A história, a memória, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODEGHERO, Carla S. Anistia, esquecimento, conciliação e reconciliação: tensões no tratamento da herança da ditadura no Brasil. In: RODEGHERO, Carla S.; MONTENEGRO, Antônio; ARAÚJO, Maria Paula (Orgs.). *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012. p. 97-135.

Operação borracha:

RODEGHERO, Carla Simone. *Pela 'pacificação da família brasileira': uma breve comparação entre as anistias de 1945 e de 1979*. Revista Brasileira de História (Online), v. 33, p. 67-88, 2014.

RODEGHERO, Carla S., GUAZZELLI, Dante Guimaraens; DIENSTMANN, Gabriel. *Não calo, grito: memória visual da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013.

SCHNEIDER, Ann M. *Amnestied in Brazil, 1895 - 1985*. University of Chicago, 2008 (tese em História).

SELLIGMANN-SILVA, M. Anistia e (in)justiça no Brasil: o dever da memória e a impunidade. *Literatura e autoritarismo: memórias da repressão*, Santa Maria, 9, jan.-jun. 2007. Não paginado. Disponível em: http://coralx.ufsm.br/grpesqla/revista/num09/art_02.php. Acesso em: 26 mar. 2014.

SILVA, Márcia Ivana de Lima e. O fantástico e a censura: Incidente em Antares de Erico Verrissimo. *Organon*, Porto Alegre, v. 19, p. 187-204, 2005.

VERISSIMO, Erico. *Incidente em Antares*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

WEINRICH, Harald. *Lete: Arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.